EDUCAÇÃO FINANCEIRA ESCOLAR: REFLEXÕES SOBRE CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE EM MATERIAIS DIDÁTICOS

Jonas Domingos Sales de Sousa[1]
Sara Lais Moura Pereira[2]
Inglid Teixeira da Silva[3]

GD1: Livro Didático e Currículo

Resumo
Este trabalho analisa as concepções de Educação Financeira presentes na coleção didática "Aprende Brasil", destinada aos anos finais do Ensino Fundamental. O objetivo central é verificar se o material promove uma Educação Financeira Crítica, pautada em questões sociais e ambientais, ou se permanece limitada a um viés pragmático e técnico-instrumental focado apenas na gestão individual do capital. Fundamentada na Educação Matemática Crítica, a pesquisa busca compreender o papel do livro didático como um dispositivo pedagógico e ideológico capaz de moldar subjetividades. Metodologicamente, caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, centrada na análise de conteúdos, propostas de atividades, exemplos e discussões presentes nos quatro volumes da coleção. As atividades foram categorizadas em quatro eixos: Dimensão Instrumental, Dimensão Pragmática, Dimensão Sócio Crítica e Dimensão Socioambiental. Os resultados indicam a predominância da Dimensão Pragmática, demonstrando que a coleção tem por foco o ensino direcionado às práticas cotidianas dos aprendizes e à tomada de decisões econômicas. Em contrapartida, a Dimensão Instrumental mostrou-se menos recorrente, o que evidencia a proposta do material em não se restringir ao tecnicismo

Palavras-chave: Educação Financeira. Educação Matemática Crítica. Livro Didático. Matemática Financeira. Prática Docente.

1 Introdução

Considerada um tema transversal contemporâneo, a Educação Financeira foi integrada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), consolidando sua relevância na educação básica. Frequentemente, o tema é associado de forma quase exclusiva à disciplina de Matemática, essa percepção ocorre porque, no imaginário comum, educar-se financeiramente resume-se ao domínio de cálculos de juros, taxas e fórmulas destinadas à gestão do capital. Desse modo, reduzindo a Educação Financeira ao controle

[1] Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) • Graduação em Matemática - Licenciatura • Caruaru, Pernambuco (PE), Brasil • jonas.domingos@ufpe.br • ORCID https://orcid.org/0009-0002-2638-7584
[2] Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) • Graduação em Matemática - Licenciatura • Caruaru, Pernambuco (PE), Brasil • sara.lais@ufpe.br • ORCID https://orcid.org/0009-0005-3555-9335
[3] Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) • Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica • Caruaru, Pernambuco (PE), Brasil • inglid.teixeira@ufpe.br • ORCID https://orcid.org/0000-0002-7056-6734

pessoal das finanças, não levando em consideração a influência de fatores culturais, políticos e econômicos na tomada de decisões econômicas, fortalecendo a ideia de que o sucesso ou o fracasso financeiro depende unicamente das escolhas pessoais.

Nessa perpectiva, não se deve colocar Educação Financeira e Matemática Financeira como sinônimos. Pois, enquanto a Matemática Financeira foca no aspecto mais técnico da área, a Educação Financeira deveria abranger a complexidade da nossa relação com o dinheiro. A partir da inserção na BNCC, observou-se uma expansão na produção de materiais didáticos sobre o tema. Então, surge a necessidade de investigar como esse conteúdo é trabalhado em sala de aula e de que forma os livros didáticos propõem essa temática.

No entanto, sob uma perspectiva foucaultiana, na qual o livro didático é compreendido como um dispositivo de poder, torna-se essencial questionar os discursos presentes nessas obras. Entendemos que limitar o ensino ao cálculo instrumental não é suficiente para a formação integral do aluno, daí emerge a Educação Financeira Crítica, que transcende a gestão individual para evidenciar as estruturas sociais e socioeconômicas em que o indivíduo está inserido. O debate central desloca-se, portanto, da mera execução de contas para a formação de um senso crítico sobre a sociedade e o dinheiro.

Foi nesse contexto que os autores deste trabalho, participantes do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), iniciativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) voltado para a valorização e aprimoramento da formação de professores para a educação básica, durante a prática pedagógica, em uma escola de atuação, tiveram contato com a coleção do “Aprende Brasil”, intitulada "Educação Financeira: Cidadania e Sustentabilidade". O título é bem interessante, e *a priori* a coleção sugere uma abordagem para além da matemática “pura”, despertando assim o interesse investigativo desta pesquisa.

A partir disso, esta pesquisa documental tem como objetivo investigar se a coleção “Aprende Brasil” efetiva uma Educação Financeira Crítica, pautada em questões sociais e ambientais, ou se permanece limitada a um viés pragmático e técnico-instrumental focado apenas na gestão individual do capital. Ao problematizar as dimensões presentes nesse material didático, busca-se contribuir para o debate acerca da formação financeira no contexto escolar, compreendendo que educar financeiramente não significa apenas

ensinar a lidar com números, mas também formar cidadãos conscientes de seu papel econômico e social.

2 Matemática Financeira VS Educação Financeira: Diferenças e Dimensões Conceituais

Por mais que haja uma ampla discussão acerca da educação financeira, especialmente por estar presente nas bases da BNCC, ainda persistem diversas dúvidas quanto ao seu real significado. Sua conceituação torna-se mais imprecisa ainda quando se é relacionada a Matemática Financeira, termo que geralmente é confundido e utilizado para sinônimo de Educação Financeira. Diante disso, Matemática Financeira pode ser entendida na área da matemática que se dedica ao estudo de variações que trabalham com valor e estão relacionados a dinheiros ao longo dos tempos, observando as operações que estão envolvidas com juros, descontos, financiamentos e investimentos.

Desse modo, percebe-se que essa definição não aparece de forma totalmente explícita em materiais didáticos, artigos, revistas ou livros, mas é possível ser encontrada de forma implícita na abordagem de diversos autores. Elon Lages Lima, Paulo Cezar Pinto Carvalho, Eduardo Wagner e Augusto César Morgado (2006) e Alexandre Assaf Neto[4] (2009) apontam, em linhas gerais, a ideia de que a matemática financeira tem como base a observação de quantias monetárias ao longo do tempo.

Em relação à educação financeira, pode-se entender como uma trajetória que é voltada para o desenvolvimento de conhecimentos e atitudes essenciais para tomar decisões cautelosas que estão relacionadas ao dinheiro. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2005), essa trajetória ajuda os indivíduos a aumentarem seu entendimento sobre serviços e conceitos financeiros, possibilitando a autonomia e a confiança para perceber os riscos e as oportunidades existentes, com intuito de melhorar a estabilidade financeira. Assim, embora a matemática financeira e a educação financeira estejam relacionadas, apresentam naturezas e objetivos diferentes. Enquanto a primeira caracteriza-se por aspectos técnicos relacionados a juros, taxas e operações financeiras, a segunda, com base em Maria de Fátima Abud Olivieri (2013) é um processo de constante aprendizagem, voltado ao

4 Neste trabalho utilizaremos o nome completo dos autores na primeira vez que sua obra for citada. Adotamos isso como um posicionamento político acerca do reconhecimento da produção, contra um sistema patriarcal de referenciamento que privilegia somente o sobrenome.

desenvolvimento dos conhecimentos dos alunos, visando a tomada de decisões responsáveis em relação às finanças, para viver bem e equilibradamente.

Diante disso, a Matemática Financeira dispõe recursos técnicos voltados para o entendimento de situações econômicas, todavia quando ensinada de forma independente focada apenas nos cálculos, sendo limitada. De acordo com o que propõe, Lucas Carato Mazzi e Ana Karina Cancian Baroni (2021), abordagens que tem como foco exclusivo os conceitos matemáticos, negligência em contextos sociais, culturais e condutas financeiras. Com isso, é perceptível a extrema importância de conectar a matemática financeira com a educação financeira, para assim construir indivíduos críticos, que sejam capazes de explorar e decidir de maneira consciente em face das condições da atualidade.

3 Dimensões da Educação Financeira Crítica: Entre Cidadania e Sustentabilidade

Uma vez compreendida a distinção entre a matemática financeira e a educação financeira, cabe o questionamento: a serviço de quem está esse aprendizado? Se a educação financeira se limita a ensinar o indivíduo a compreender e analisar sobre questões financeiras de forma consciente, ela se torna puramente técnica ou procedimental. Diante disso, para ultrapassar o limite de um treinamento operacional, é preciso fundamentá-lo em uma perspectiva que priorize a emancipação do sujeito, sua cidadania, tal qual defende Ole Skovsmose para a Educação Matemática:

> Tem havido observações consideráveis sobre o que poderia significar desenvolver a educação matemática, não para um trabalho em particular, mas para preparar cidadãos. Essa cidadania poderia ser passiva, mas faz sentido perguntar como a educação matemática poderia prepará-los para a cidadania crítica (Skovsmose, 2007, p. 188).

A partir de Skovsmose entendemos que, se retirarmos a reflexão crítica da educação financeira, ela acaba atuando apenas como uma outra forma de normalização, moldando os indivíduos a aceitarem como inevitáveis as ações do mercado financeiro. Se transpormos a ideia de cidadania passiva para a educação financeira, teríamos uma educação que ensina o estudante a ser um mero consumidor eficiente, alguém que sabe escolher a melhor forma de pagamento para o bem próprio, mas ainda permanece cego frente às grandes estruturas socioeconômicas que perpetuam a desigualdade social.

Diante disso, temos a educação financeira crítica (EFC), expande a estrutura da educação financeira, ao entender que o dinheiro também faz parte de uma construção política. Segundo Geneci Alvez Souza e Lilian Nasser (2025, p.13), “a EFC é um processo de mudança comportamental; preconiza a formação do cidadão crítico e melhora

a sua compreensão quanto aos conceitos de elementos financeiros, educacionais, culturais, justiça social e economia". E assim é possível entender que a ideia de sucesso financeiro não é um resultado exclusivamente meritocrático, quando há relações de classe, raça e gênero envolvidas.

Nesse contexto, a EFC não deve ser vista como um bloco monopolítico, mas como um campo de interseções entre cidadania e sustentabilidade, temas estes que são propostos na coleção didática analisada no presente trabalho. Por isso, é de grande valia entender como essas dimensões podem ser vinculadas a EFC, apoiando a emancipação do sujeito. Ao discutir a EFC atrelada à cidadania é preciso romper com a visão simplista de um sujeito representado pela ideia do consumidor que se ajusta às normas do mercado financeiro. Por isso, uma perspectiva crítica busca a formação de um "homem integral", no qual, segundo Milton Santos (2003), a partir da noção do que é ser consumidor é possível alcançar a ideia de homem integral e cidadão, servindo como alicerce a uma nova civilização.

Nesse contexto, podemos compreender que a cidadania na educação financeira se manifesta na forma como o conhecimento (neste caso o matemático) é utilizado para ler e interpretar as estruturas de poder que regem a economia. Nesse contexto, ser cidadão significa ultrapassar o interesse individual para atingir uma consciência coletiva. Assim, o sujeito deve ser capaz de compreender criticamente as relações de consumo, tomar decisões conscientes e participar da sociedade de maneira ética, autônoma e transformadora.

Analisar a dimensão da sustentabilidade se torna fundamental a partir da sua compreensão enquanto um compromisso ético de agir para preservar o equilíbrio da Terra e de todos os seres que nela habitam e não apenas como uma estratégia de contenção de gastos. Assim como afirma Leonardo Boff, (2012, p. 107) a "sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida, a sociedade e a vida humana, visando sua continuidade[...]". O autor ainda complementa que a sustentabilidade deve atender as necessidades da geração atual e das futuras, garantindo a preservação dos bens e serviços naturais e a manutenção de suas condições de equilíbrio.

Nesta perspectiva, a sustentabilidade na EFC atua como um limite à lógica da acumulação desenfreada. Enquanto a educação financeira tradicional focaria em uma

maximização do valor, numa ideia de comprar mais por menos, a EFC pautada na sustentabilidade questiona o valor da extração na natureza. Um produto barato pode carregar custos invisíveis altíssimos, como a degradação ambiental ou exploração de trabalho precário. Diante disso, um sujeito emancipado percebe que a ideia de "sucesso financeiro" não pode ocorrer às custas do colapso dos sistemas de regeneração da Terra.

Dessa forma, a convergência entre cidadania e sustentabilidade na EFC redefine o propósito desta discussão. A partir disso, o sucesso financeiro é reavaliado não pelo acúmulo de capital, mas pela capacidade do sujeito de tomar decisões que promovam a justiça social e respeitem os limites naturais do planeta. Portanto, educar financeiramente para a cidadania e a sustentabilidade significa formar o “homem integral” de Milton Santos, capaz de identificar que cada escolha econômica carrega consigo uma responsabilidade política e um compromisso com o futuro coletivo.

4 O Livro Didático Como Dispositivo Pedagógico e Ideológico

Paul-Michel Foucault (1987) em seu livro Vigiar e Punir atribui à escola como uma das instituições de sequestro, que ele define como um local de confinamento físico cujo objetivo é isolar os indivíduos para assim controlar o seu tempo, disciplinar seus corpos e normalizar seus comportamentos. Analogamente, Ana Lúcia Goulart de Faria (2008) analisa o papel da escola como o de “reproduzir a sociedade burguesa, através da inculcação da sua ideologia e do credenciamento, que permite a hierarquia na produção, o que garante maior controle do processo pela classe dominante” (p. 12). Nesse contexto, o presente trabalho concentra a atenção em um material específico: o livro didático.

O livro didático pode ser classificado como didático se for utilizado para fins educacionais, no entanto, isso não significa que todo livro que serve para esse propósito seja um livro didático. Nesse sentido, Circe Maria Fernandes Bittencourt (1996, p. 389) define: “o Livro Didático é toda obra produzida com a intenção de ser material escolar, ou seja, de ser utilizado em sala de aula”. Mas isso não quer dizer que sua conceituação se limita apenas a isso, na verdade, existe um complexo debate por trás da conceituação de livro didático. Em sua tese de doutorado, Bittencourt apresenta múltiplas dimensões acerca da conceituação do termo, dentre elas, uma foca no seu viés ideológico. Assim, a autora afirma que o livro didático:

> [...] é um instrumento pedagógico "inscrito em uma longa tradição, inseparável tanto na sua elaboração como na sua utilização das estruturas, dos métodos e das condições do ensino de seu tempo." E, finalmente, o livro didático deve ser

> considerado como veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. (Bittencourt, 1993, p.3)

Diante disso, o livro didático não é apenas um material utilizado em sala de aula com um propósito exclusivamente educacional. Na verdade, podemos compreendê-lo como um objeto complexo que resulta de um cuidadoso plano engendrado pelo poder constituído. Foucault (1987), discute a ideia de um mecanismo de controle/poder existente e daí ele configura o conceito de "dispositivo" se ancorando na ideia de um "emaranhado" de forças que molda como uma sociedade funciona. Não se trata de uma estrutura fixa, é algo em eterno desequilíbrio e variação. Um dispositivo organiza as regras de poder e saber que nos controlam, mas também pode oferecer brechas para que possamos resistir.

A partir disso, podemos perceber o livro didático enquanto um dispositivo pedagógico e ideológico, aqui abandonamos a ideia de um material universal, absoluto e neutro. Funcionando como, tal qual expõe Gilles Louis René Deleuze (1996) uma máquina de fazer falar, o livro didático define e permite falar o que deve ser considerado verdade, seja cientifica, histórica ou literária. Ao mesmo passo que também atua enquanto uma máquina de fazer ver, pois o livro vai definir o que pode ser visto e o que deve permanecer invisível. A partir do que é escolhido para estar no livro, tem-se a criação de uma relação entre o nascer e o desaparecer de um objeto de estudo (Deleuze, 1996).

Por isso, não podemos ver o livro didático de uma forma tão simples. mesmo diante da presença do professor, o livro continua sendo uma grande autoridade do saber dentro da sala de aula. Assim como Michael Whitman Apple (1979) afirma, a escola funciona não apenas como um sistema de reprodução, mas também como um sistema de produção e distribuição, de forma subliminar ou não, tudo que está presente no livro se torna uma forma de tentar induzir a uma produção de subjetividade específica. Com isso ele valida o que é certo e errado, o que é o normal ou não, quais grupos tem permissão para estar naquele lugar e quais não tem.

Portanto, ao compreender o livro enquanto um dispositivo, percebemos que sua eficácia reside justamente na sua suposta neutralidade e autoridade quase inquestionável na sala de aula. Analisar sob essa ótica exige "desmembrar" suas páginas, reconhecendo seu viés ideológico, mas isso não implica em descartá-lo. O dispositivo também oferece brechas para a resistência e cabe aos sujeitos que o utilizam, o exercício de identificar as silenciações impostas. Desmantelar um sistema que existe a séculos não é uma tarefa

fácil, mas nem por isso se torna impossível. De forma simples, o ato de questionar já é um passo rumo ao caminho para um espaço escolar de pensamento. Dessa maneira, a partir dessas reflexões teóricas, torna-se necessário apresentar os caminhos metodológicos que orientaram a construção e a análise desenvolvidas neste estudo.

5 Procedimentos Metodológicos

Como dito anteriormente, a pesquisa foi desenvolvida a partir da análise da coleção de livros didáticos da editora "Aprende Brasil", intitulada *Educação Financeira: Cidadania e Sustentabilidade*. A coleção utilizada na pesquisa é composta por quatro livros destinados aos anos finais do Ensino Fundamental II, sendo um para cada ano dessa etapa de ensino. A escolha dessa coleção específica ocorreu por ser um dos materiais utilizados por estudantes de escolas públicas integrais do município de Caruaru no ano de 2026, das quais uma delas é instituição parceira do PIBID, programa esse, do qual os autores deste trabalho fazem parte.

Para a realização da pesquisa, foram analisados de forma qualitativa os conteúdos, propostas de atividades, exemplos e discussões presentes nos materiais, buscando identificar de que maneira a Educação Financeira é apresentada ao longo da coleção. A análise teve como foco observar se as abordagens propostas contemplam reflexões críticas relacionadas às dimensões sociais, ambientais e ao consumo consciente, ou se priorizam uma perspectiva mais técnica e instrumental, centrada apenas no gerenciamento individual de recursos financeiros.

As questões e atividades, presentes no material investigado, foram divididas e organizadas em quatro eixos de análise que foram nomeadas como dimensão, definidos de acordo com suas características e objetivos. O quadro a seguir exemplifica e conceitua cada um desses eixos.

Quadro 1 – Eixos de análise e critérios para classificação das atividades e questões

Eixos	Caracterização
Dimensão Instrumental	Aplica-se a questões e atividades que priorizam a manipulação de fórmulas e o cálculo exato, focando na execução técnica de algoritmos da Matemática Financeira.
Dimensão Pragmática	Compreende questões e atividades que buscam orientar o aluno na gestão de seus recursos pessoais, enfatizando a tomada de decisões individuais e a organização financeira no cotidiano.
Dimensão Sócio Crítica	Engloba questões e atividades que propõem a análise das implicações sociais e políticas dos fenômenos financeiros, incentivando o aluno a utilizar a matemática para questionar desigualdades e refletir sobre seu papel na sociedade.
Dimensão Socioambiental	Classifica questões e atividades que relacionam o comportamento financeiro aos impactos no meio ambiente, estimulando a reflexão sobre o consumo consciente e a responsabilidade ética frente à sustentabilidade no planeta

Fonte: Os Autores (2026)

A partir da sistematização desses eixos foi possível conferir uma objetividade ao processo de análise, funcionando como um direcionamento para a leitura da coleção didática. Ao todo, foram encontradas um total de 178 questões e atividades que englobavam ao menos um dos eixos delimitados. Vale ressaltar que essas questões e atividades catalogadas foram analisadas e classificadas sob o critério de incidência integral que ocorre quando o enunciado e a intencionalidade pedagógica da atividade são explícitos e direcionados de forma predominante a um único eixo analítico. Há certa incidência parcial ocorrendo quando a atividade apenas tangencia ou abre margem para a discussão de uma dimensão de maneira superficial ou subjetiva, tornando a efetivação dependente da mediação direta do professor. A fim de exemplificar como essa classificação se deu na prática, o Quadro 2 sintetiza questões e atividades representativas encontradas na coleção para cada um dos eixos analíticos.

Quadro 2 – Questões exemplificadoras por dimensão analítica

Eixos	Questão/Atividade exemplificadora
Dimensão Instrumental	*Com base nas informações da página anterior, calculem quanto um trabalhador recebia, em 2021, por horas de trabalho:* *A) morando no Brasil*
Dimensão Pragmática	*Converse com o professor e os colegas sobre situações que podem levar uma pessoa a se endividar.*
Dimensão Sócio Crítica	Você já ouviu falar em economia circular? Pesquise esse conceito e a diferença entre economia circular e economia linear. Depois produza um texto argumentativo assumindo uma posição[...]
Dimensão Socioambiental	*Considerando as informações da pesquisa sobre o principal meio de transporte utilizado para a locomoção, responda às questões a seguir:* *A) Quantas pessoas disseram que usam carro próprio para se locomover?*

Fonte: Os Autores (2026)

A partir dos exemplos apresentados, percebe-se como a categorização priorizou a interpretação dos contextos e a intencionalidade pedagógica predominante. Para uma análise mais efetiva, todas as informações encontradas foram organizadas em uma planilha, o que permitiu uma maior visualização do objeto de estudo. Após essa organização, foi realizada a análise interpretativa que fundamenta este estudo, culminando nas discussões e considerações apresentadas nos tópicos seguintes.

6 Análise e Discussão dos Resultados

Em resumo, a coleção de livros “Educação Financeira: Cidadania e Sustentabilidade” tem por intuito a aprendizagem da educação financeira de modo mais amplo. Nele, o foco transcende o cálculo matemático isolado, corriqueiramente visto na

Matemática Financeira, voltando-se para a tomada de decisão de forma crítica e sustentável no cotidiano dos alunos, distanciando-se assim de um modelo de ensino estritamente tradicional. Além disso, percebe-se que os conteúdos dos livros se dão de forma progressiva, ou seja, vão se complementando ao longo dos anos. No entanto, apesar dessa complementaridade, os livros da presente coleção analisada se diferenciam em suas abordagens específicas.

O livro do 6° ano, tem por base uma noção mais introdutória, centrada no ensino da educação financeira no cotidiano dos alunos e no consumo consciente. Já no livro do 7° ano, percebe-se mais a presença de jogos e atividades lúdicas, voltados para a temática da sustentabilidade, havendo uma menor articulação aos conteúdos teóricos da educação financeira. O livro do 8°ano retoma a temática de educação financeira no cotidiano dos alunos e se diferencia por ser o livro que mais evidência a Perspectiva Pragmática. Por fim, o livro do 9° ano apresenta uma maior mudança, tendo por foco o empreendedorismo, enaltecendo nas questões/atividades a criação de empresas fictícias e gestão de negócios.

Conforme ilustrado no gráfico 1 a distribuição percentual dos eixos na coleção revela a representatividade de cada categoria. A partir disso, evidenciou-se um relativo equilíbrio entre os eixos, destacando apenas a Dimensão Pragmática, com 39% das ocorrências, demonstrando a ênfase significativa nas questões relacionadas à prática do sujeito ser capaz de gerir seus próprios recursos. No entanto, embora o equilíbrio entre os demais eixos aponte para uma tentativa de diversificação, a centralidade no pragmatismo indica que o saber financeiro é apresentado, primordialmente, como uma ferramenta de gestão individual.

Gráfico 1 – Distribuição das questões e atividades de incidência integral por eixo

Fonte: Os Autores (2026)

A Dimensão Socio Crítica representa 21% da distribuição total, ocupando o segundo lugar na análise. No entanto, por mais que não seja o foco principal da coleção, sua posição que se aproxima mais dos eixos em terceiro e quarto lugar, sugere-se que, há um relevante espaço para discussões éticas e sociais, fundamentais para a formação crítica dos alunos. Em paralelo, as Dimensões Instrumental e Socio Crítica apresentam-se ambas com 20%, indicando que por mais que haja a presença de questões/atividades envolvendo majoritariamente os cálculos e uma temática ambiental, estes eixos não são o foco da coleção, surgindo de forma complementar. Porém, o equilíbrio quantitativo entre essas

categorias demonstra uma preocupação para que haja discussões sobre estas temáticas, evitando que o ensino se restrinja a uma única abordagem.

Gráfico 2 – Distribuição das questões e atividades de incidência parcial por eixo



Fonte: Os Autores (2026)

Analisando sob a ótica das questões/atividades que abordam as dimensões de forma parcial, nota-se uma inversão nos dados em relação às questões integrais, conforme explicitado no Gráfico 2. Enquanto a maioria das atividades totais foca na Dimensão Pragmática, nesta análise a Dimensão Socio Crítica ganha ênfase, representando 45% das ocorrências. Reitera-se que a classificação parcial foi utilizada quando o material traz uma pergunta/atividade que pode promover a temática, mas não o faz de forma explícita ou bem direcionada, tornando a abordagem dependente de fatores externos ao livro.

No âmbito das ocorrências de caráter crítico-social, essa delimitação fica, em grande medida, condicionada à atuação do professor. Se for do interesse e possibilidade do docente promover um debate mais profundo, ele poderá fazer, caso contrário, o ensino permanece de forma rasa e desigual. Como exemplo, podemos notar a atividade do 8º ano que sugere "conversar sobre situações que levam ao endividamento". A atividade abre margem para discussões importantes, mas não oferece subsídios críticos no texto, deixando a criticidade atrelada à formação prévia do professor e não ao material didático. No entanto, por mais que esse eixo não lidere esta análise específica, ela mantém presença constante, sendo a maior nas questões integrais (39%) e a segunda maior nas parciais (27%).

Em contrapartida, a Dimensão Instrumental registra apenas 7% do total, isso revela que, quando o livro propõe debates sociais, raramente utiliza ferramentas matemáticas formais para embasá-los. No entanto, isso torna-se um problema, esse distanciamento entre a discussão social e suas relações com a matemática pode dificultar a percepção do aluno sobre como a matemática pode servir para ler e interpretar problemas reais. Já o quantitativo de atividades que abordam a Dimensão Socioambiental permanece no limiar dos 21%. Embora não seja a menor porcentagem encontrada, percebe-se que o tema está limitado a seções específicas, não sendo um assunto transversal em toda a coleção. Essa característica torna-se contraditória, visto que o próprio título engloba a "sustentabilidade", mas o desenvolvimento prático do tema ocorre de forma esporádica.

Gráfico 3 – Panorama geral das questões e atividades (incidências integrais e parciais)

Fonte: Os Autores (2026)

A partir do Gráfico 3, consolidamos a incidência total das dimensões ao unir as abordagens integrais e parciais, e delimitamos assim como cada eixo é explorado na coleção. Como explicitado anteriormente, a Dimensão Pragmática confirmou-se como o maior expoente da obra, detendo 35% da incidência total. Esse dado revela que o foco central da coleção prioriza orientar o aluno quanto às suas atitudes diante do dinheiro, enfatizando ações individuais como poupar, planejar e consumir. Enquanto isso. A Dimensão Sócio Crítica aparece em segundo lugar com 30% do total, evidenciando uma intenção real em trazer o contexto social e a discussão crítica para as aulas, embora muitas dessas aparições sejam parciais e dependam da intervenção direta do professor, o livro corrobora com a ideia de "cidadania" presente em seu título.

Somada ao tema da sustentabilidade, que registra 20% de presença, percebe-se que metade da coleção tenta deslocar o foco do "eu" para o "nós". No entanto, essas dimensões ainda carecem de um maior aprofundamento técnico e instrumental dentro das atividades. A dimensão Instrumental foi a menos explorada em todas as análises, registrando as menores porcentagens. Percebe-se então que a obra foge do modelo convencional focado apenas em cálculos de juros e fórmulas, tratando a técnica como um elemento secundário em relação às outras competências da educação financeira.

A partir disso, foi notado que o 6º ano apresenta o maior número de atividades desse enfoque (oito no total), sendo precedido pelo 8º ano com sete questões, e 7º ano com três questões. O 9º ano sofre uma queda drástica bem próximo do 7º ano com presença de apenas duas questões. Teorizamos que essa redução ocorre porque o volume final foca intensamente no empreendedorismo, promovendo a criação de empresas e pesquisas de mercado. Embora houvesse espaço para integrar mais cálculos matemáticos nessas simulações de negócios, a coleção optou por priorizar a lógica empreendedora em detrimento da formalização técnica. Mas isso não implica dizer que não há pesquisas dessa dimensão dentro dessas atividades.

Essa transição indica que a coleção muda sua postura no decorrer dos anos, os conteúdos matemáticos fundamentais são concentrados nos primeiros volumes e conforme o aluno avança, a parte mecânica perde espaço para o debate social e sustentável. De forma geral, a coleção "Aprende Brasil" promove o mínimo do ensino

técnico-instrumental e mantém a gestão individual como seu grande pilar. A carga crítica existe em grande volume, mas sua natureza frequentemente superficial exige que o professor intervenha ativamente para que esses temas não sejam secundarizados.

Em última análise, a coleção promove sim uma reflexão sobre causas sociais e ambientais, embora na prática acabe limitando-se à gestão individual de recursos. Ela apresenta uma Educação Financeira de viés predominantemente comportamental, que se esforça para ser crítica, mas renúncia quase totalmente ao rigor técnico-instrumental tradicional. Essa ausência de uma investigação matemática profunda não deve ser vista necessariamente como um erro, uma vez que o foco declarado da obra não é a Matemática Financeira pura, mas sim a Educação Financeira integral. Transpondo assim, o eixo do cálculo para a formação de atitudes e valores dos estudantes.

7 Considerações Finais

A análise da coleção de livros “Educação Financeira: Cidadania e Sustentabilidade” permitiu compreender de que maneira o material didático articula as diferentes dimensões da Educação Financeira ao longo dos anos finais do Ensino Fundamental. Os dados revelam que a obra cumpre sua premissa inicial de se distanciar de um modelo de ensino estritamente tradicional e focado no tecnicismo matemático, optando por uma abordagem que prioriza a formação de atitudes, comportamentos e valores.

Os resultados da pesquisa confirmam a predominância da Dimensão Pragmática, demonstrando que a coleção tem por foco o ensino direcionado às práticas cotidianas dos aprendizes e à tomada de decisões econômicas. Em contrapartida, a Dimensão Instrumental mostrou-se menos recorrente, o que evidencia a proposta do material em não se restringir ao tecnicismo. Além disso, observou-se uma presença significativa de questões e atividades associadas às Dimensões Socioambiental e Sócio Crítica, evidenciando a preocupação dos autores em articular a Educação Financeira a temáticas sociais de relevância coletiva.

Conclui-se, portanto, que a coleção não privilegia o enfoque instrumental, mas ainda limita, em grande parte, a sua perspectiva crítica ao âmbito do comportamento e da gestão individual. Embora o livro faça um esforço legítimo para deslocar o foco do "eu" para o "nós", a natureza frequentemente superficial de suas abordagens sociais e ambientais transfere uma grande responsabilidade para a mediação pedagógica. Assim,

torna-se indispensável a atuação ativa e crítica do professor em sala de aula, fornecendo os subsídios teóricos e estruturais que faltam ao material didático para que a Educação Financeira Crítica e transformadora seja plenamente alcançada.

Diante dessa forte dependência da mediação docente, evidencia-se a necessidade urgente de investimentos robustos na formação inicial e continuada de professores de Matemática. Para que a prática pedagógica não fique refém das abordagens simplificadas que os manuais didáticos propõem, é fundamental que os docentes sejam formados sob a ótica de uma Educação Crítica. Sem esse suporte formativo, corre-se o risco de o debate estagnar na superficialidade, privando os aprendizes de desenvolverem uma leitura política da realidade financeira. Em suma, a coleção representa um avanço perceptível no cenário educacional ao associar a Educação Financeira a discussões de cunho crítico e social.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. *Ideologia e currículo*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ASSAF NETO, A. *Matemática financeira e suas aplicações*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BITTENCOURT, C. M. F. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. 1993. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BITTENCOURT, C. M. F. O que é livro didático? In: *Seminário Nacional sobre Leitura Infanto-Juvenil, Livro Didático e Participação da Comunidade na Formação de Leitores*, 2., 1996, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Faculdades Teresa Martin, 1996. p. 388-390.

BOFF, L. *Sustentabilidade: o que é – o que não é*. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília, DF: MEC, 2018.

DELEUZE, G. O que é um dispositivo. *O mistério de Ariana*, v. 3, p. 80-85, 1996.

FARIA, A. L. G. de. *Ideologia no livro didático*. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

LIMA, E. L. et al. *A matemática do ensino médio: volume 2*. 6. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2006.

MAZZI, L. C.; BARONI, A. K. C. Diálogos possíveis entre Educação Financeira e Educação Matemática Crítica. In: BARONI, A. K. C.; HARTMANN, A. L. B.; CARVALHO, C. C. S. de (org.). *Uma abordagem crítica da educação financeira na formação do professor de matemática*. Curitiba: Appris, 2021. cap. 2, p. 37-53.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*. Paris: OECD Publishing, 2005.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SKOVSMOSE, O. *Educação matemática crítica: a questão da democracia*. Campinas: Papirus, 2007.

SOUZA, G. A.; NASSER, L. *Educação Financeira Crítica: perspectivas para a formação do professor de Matemática da Escola Básica*. In: GASPAR, J. C. G. et al. (org.). *Educação financeira crítica: desafios e transformações para o professor de matemática*. Nova Xavantina-MT: Pantanal Editora, 2025. v. 1. cap. 1, p. 11-28.